

POLÍTICA

Assembleia  
**CONSTITUINTE**

Reúne-se hoje no Rio, para novo período de discussões, a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Que pouco tem funcionado.

ANC 88  
Pasta Agos/Out 86  
002

Desgastada pela heterogeneidade, pela falta de pluralismo, disputa de brilho intelectual entre conselheiros e por propostas demagógicas, segundo alguns de seus "notáveis", a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais inicia hoje, no Hotel Glória, no Rio, mais um período de reuniões.

Já não existe tanta expectativa de que ela elabore um anteprojeto de Carta Magna que, sob um amplo consenso, possa inspirar os constituintes de 87, como desejava o presidente eleito Tancredo Neves. Para os "notáveis" que criticam as propostas já aprovadas, o mais provável é que da comissão surja um "pacote" constitucional sem muita perspectiva de aceitação pela Constituinte.

Enquanto alguns conselheiros como os chamados "notáveis" — procuram dar "banhos de cultura", outros não levam muito em conta o brilho intelectual e a "superioridade" dos seus colegas mais famosos. Jorge Amado, com o respaldo das suas obras literárias, não hesitou em advertir Cândido Mendes de Almeida, em uma das reuniões, pedindo-lhe que falasse menos e que fizesse, também, menos citações de autores famosos.

O advogado Clóvis Ferro Costa, com sua experiência parlamentar, não se deixou envolver pelo brilho intelectual do cientista político Hélio Jaguaribe. Enfaticamente, tenso, ele protestou quando Jaguaribe quis cassar-lhe a palavra, considerando-a inoportuna.

Impressionado com a reação do ex-parlamentar, que é candidato à Constituinte, o cientista político disse que não havia de sua parte nada de pessoal contra Ferro Costa. Já o jurista Miguel Reale, em uma das reuniões no Hotel Glória, retirou-se disposto a abandonar a Comissão, queixando-se do modo como o tratou o presidente, Afonso Arinos.

Por sua vez, Afonso Arinos se queixava com os jornalistas, dizendo que o mal dos juristas é que "falta a eles a sensibilidade política para o debate de certas questões".

Na verdade, em alguns momentos Arinos e Reale parecem disputar o prêmio de "o notável do ano". O primeiro, por estar mais presente, sempre que pode faz questão de mostrar cultura jurídica e experiência política, inclusive com pequenas histórias e tentativas de piadas políticas que não têm despertado muito o humor dos conselheiros.

Miguel Reale Jr. já justificou plenamente sua passagem pela Comissão. Não só porque conseguiu influir para a aprovação de algu-



mas propostas, como aumentou sua perspectiva político-eleitoral. Ele se opôs publicamente à extinção das polícias militares e, com essa atitude, garantiu muitos votos em São Paulo.

Hélio Santos não viu aprovada sua proposta para que 50% das vagas do ensino superior público fossem destinadas aos estudantes carentes, mas foi outro que elevou consideravelmente sua perspectiva eleitoral.

O cientista político Bolívar Lamounier ficou escandalizado com a proposta de Hélio Santos, que é representante da comunidade negra na Comissão. Um de seus colegas disse que, aprovada a proposta tal como foi apresentada, com um atestado de pobreza na mão um estudante poderia passar a ter direito de fazer um curso de Engenharia ou Medicina.

A briga entre o secretário-geral, Ney Prado, e o secretário-executivo, Mauro Santayanna, é objeto de constante expectativa. Enquanto o primeiro é apontado como representante da direita, o segundo é indicado como homem da esquerda. Para as reuniões de Itaipava, o secretário-geral não mandou as secretárias que atuam no Hotel Glória. A secretária de Santayanna, Vânia Santayanna, sua mulher, teve então de cumprir todas as tarefas de apoio aos conselheiros, entre outras.

Ao se referir ao "conflito ideológico" que tem com o secretário-executivo, segundo o próprio Santayanna, o secretário-geral Ney Prado disse:

"Isso não existe. É invenção. A verdade é que ele tem um certo ciúme porque eu estou mais próxi-

mo do presidente, Afonso Arinos. Eu tenho as minhas atribuições, ele tem as dele, de caráter burocrático, e eu não tento influenciar ninguém".

Sobre a informação, publicada pela imprensa, de que foi indicado para a função pelo ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, Ney Prado disse que "isso não é verdade, o general apenas lembrou meu nome. Eu fui designado pelo presidente Sarney".

Mas Ney Prado não é o único "lembrado" por um ministro de Estado. Na realidade, a composição do grupo passou por um processo de escolha até mesmo doloroso. A primeira lista foi feita pelo presidente eleito Tancredo Neves. Morto Tancredo, alguns nomes saíram e outros entraram. O então ministro da Justiça, Fernando Lyra, que não tinha muita simpatia pela Comissão, indicou alguns nomes, assim como o assessor especial do Palácio do Planalto na época, Célio Borja, e como Afonso Arinos.

Em uma ocasião, durante o período em que Fernando Lyra preferia adiar a criação da Comissão e não falar muito dela, Afonso Arinos se queixou. Disse que um professor de Direito do Nordeste lhe telefonou contando que seu nome não estava na lista de Lyra.

"Como? Não é possível. Seu nome está na lista", disse Afonso Arinos, que se confessou surpreendido com a retirada do nome do jurista ou com a informação errada que lhe haviam dado. Isso, para ele, era parte das conspirações contra a Comissão, que para alguns ocupantes de cargos do primeiro escalão deveria morrer com Tancredo Neves.

Segundo um "notável", o advogado José Alberto Assunção, que é procurador do PFL no Rio e foi assessor do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), foi indicado pelo Emfa, Reale Jr. pelo presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, Fajardo Faria pelo ex-governador do Paraná, José Richa, Cândido Mendes pela CNBB. Este, de fato, fala mais como porta-voz da Igreja do que o padre Fernando Bastos D'Ávila.

Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, reconheceu que a única coisa que conseguiu nas reuniões da Comissão "foi criar alguns problemas, sendo derrotado nas discussões sobre os modelos para a ordem econômica e da ordem social". Ele protestou contra a proposta, aprovada, para a jornada semanal de 40 horas para os trabalhadores, e considerou perigosa "a tendência estatizante da Comissão".

Os conselheiros que falam menos e sempre de modo discreto têm conseguido influir mais do que os de atuação aparentemente mais destacada. Os mais bem-sucedidos são José Paulo Sepúlveda Pertence, José Afonso da Silva e Pinto Ferreira, e ainda Mauro Santayanna. Ferro Costa também conseguiu aprovar ou receber apoio para várias propostas.

Há, na Comissão, uma nítida vantagem para os teóricos do fortalecimento da ação estatal, mais hábeis e pacientes do que os que defendem as teses privatistas, caso, principalmente, de Alberto Venâncio Filho, Raul Machado Horta, Orlando de Carvalho, Gilberto de Ulhos Canto e Sérgio Quintela.

Em termos de pressões, a experiência da Comissão tem sido rica. Houve pressões de cartórios, proprietários de faculdades, empresários, procuradores, entidades de classe, muitos pretendendo influir em defesa de causa própria, outros em tentativas de se projetarem com a aprovação de propostas.

No período de reuniões que se inicia hoje, no Hotel Glória, a Comissão vai discutir algumas propostas para a saúde e meio ambiente que restaram do "esforço concentrado" de Itaipava, entrando em seguida nos debates sobre o Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário. Com todas as sessões documentadas por um sistema de televisão, é certo que os debates sobre o sistema parlamentarista de governo reservam algumas cenas especiais. Resta ver o que será aproveitado de tudo isso.

Hélio Contreiras